

## CARTA DO EDITOR

A atividade empresarial interessa aos mais variados campos do Direito, pois compreende desde problemas de eficiência na gestão até questões ambientais, de direito do consumidor, trabalhistas, tributárias, penais etc. O Direito tem sido chamado a regular todos esses problemas, o que implica em lidar com interesses de administradores, acionistas (majoritários e minoritários), governos, organismos internacionais, trabalhadores, consumidores e dos cidadãos em geral. Como é fácil perceber, o mundo empresarial é um campo heterogêneo de atores e interesses, cuja regulação interessa a toda sociedade e que pode ser estudado a partir dos mais diferentes pontos de vista.

Este número da Revista DIREITO GV reúne cinco textos sobre a atividade empresarial, com destaque para o artigo do Prof. **Klaus J. Hopt**, do Instituto Max Plank de Hamburgo, que compara a regulação empresarial dos EUA com o regime adotado pela União Européia. Além desses textos, a revista publica duas importantes traduções e mais quatro artigos sobre contratos, direitos de autor, direito tributário e o papel do advogado. Começamos apresentando as traduções.

A primeira é um texto recente, mas clássico, de **Eric A. Posner**, expoente do campo de estudos denominado *Law & Economics*. O artigo trata das normas sociais e procura aplicar os conhecimentos do *Law & Economics* ao estudo da interação simbólica entre os indivíduos em todos os campos sociais. Esta tradução é acompanhada de notas explicativas, elaboradas por José Rodrigo Rodriguez, Bruno M. Salama e Maria Carolina Foss, que visam facilitar a leitura de termos econômicos.

A segunda tradução, publicada na seção “Documento”, é o plano de pesquisa do Instituto Max Plank de Direito Penal Estrangeiro e Internacional de Freiburg, escrito por seu Diretor, o professor **Ulrich Sieber**. O texto é uma análise impressionante de grande parte dos problemas penais de nosso tempo, marcado pela proliferação de riscos e a preocupação com a segurança. O texto dá grande atenção aos problemas do crime organizado internacional, do terrorismo e dos crimes cometidos pela Internet.

O bloco sobre atividade empresarial conta com cinco textos sobre os seguintes temas: arbitragem, proteção ao investidor no direito alemão, a citada comparação entre a regulação societária dos EUA e da UE, direito antitruste e obrigações empresariais no novo Código Civil.

“A economia da arbitragem: escolha racional e geração de valor”, de **Antonio Celso Fonseca Pugliese** e **Bruno Meyerhof Salama**, ao tratar da arbitragem, assunto tido como de interesse estritamente privado, mostra que o instituto pode ser relevante para que pensemos o sistema de justiça em geral. Seu objetivo é demonstrar que a existência da arbitragem pode contribuir para aperfeiçoar as instituições de um país. Ao competir com a jurisdição, ela pode estimular a adoção de procedimentos mais céleres, estimular o cumprimento dos deveres contratuais e, assim, reduzir os custos de transação de todo o ambiente normativo.

“A proteção ao investidor no Código de Governança Corporativa alemão”, de **Roberto de Araújo Chacon de Albuquerque**, analisa o Código de Governança Corporativa alemão como um

instrumento para aumentar a confiança dos investidores e do público em geral no funcionamento das sociedades anônimas. Baseado em padrões aceitos nacional e internacionalmente, o Código contém recomendações que procuram favorecer uma cooperação mais eficiente entre a Diretoria e o Conselho de Administração. O artigo também ressalta a conexão entre governança cooperativa e promoção da transparência na administração das empresas.

“Modernização do direito societário: perspectiva transatlântica”, de **Klaus J. Hopt**, mencionado acima, transcreve palestra proferida na DIREITO GV em 11 de setembro de 2007.

“A regra-matriz de incidência antitruste para condutas anticoncorrenciais: conteúdo e estrutura lógica do artigo 20 da Lei 8.884/94”, de **Marcel Medon Santos**, é um estudo interdisciplinar que combina os conhecimentos do Direito e da Economia para dissecar a estrutura lógica da norma jurídica de Direito Concorrencial para repressão a condutas lesivas à ordem econômica, identificando os critérios que a compõem e permitindo, com isso, a localização dos termos que viabilizam a utilização do instrumental econômico e da prudência jurídica na análise de condutas anticoncorrenciais.

“Obrigações empresariais no Novo Código Civil”, de **Ligia Paula Pires Pinto Sica**, analisa o papel do juiz e da jurisprudência na aplicação das normas sobre empresas do Novo Código Civil, que unificou parte da legislação de direito comercial. A preocupação central da análise é refletir como o Direito pode garantir aos agentes econômicos o grau de segurança jurídica necessário à sua ação, sem perder sua autonomia.

Depois dos artigos sobre a atividade empresarial, seguem quatro sobre temas

variados, além das duas traduções mencionadas acima.

“Tratados internacionais em matéria tributária e sua relação com o direito interno no Brasil”, de **Gustavo Mathias Alves Pinto**, analisa os principais aspectos do tratamento oferecido aos tratados internacionais em matéria tributária no ordenamento jurídico brasileiro, incluindo o exame da Constituição Federal, legislação infraconstitucional e da jurisprudência mais relevante sobre a matéria. O texto pretende demonstrar que, nos casos específicos sobre os quais tais instrumentos versarem, estes prevalecem sobre o ordenamento interno em razão do princípio da autolimitação da soberania no tocante à imposição tributária.

“Convenção de pagamento em moeda estrangeira no Brasil”, de **Marcelo Sampaio Siqueira**, trata da nulidade de estipulações contratuais em moeda estrangeira no Brasil, ainda que realizada a conversão em moeda corrente nacional quando do efetivo pagamento. Em função disso, o trabalho analisa o artigo 318 do novo Código Civil brasileiro e a normatização especial sobre o tema.

“‘Novos produtos’ como competência do advogado”, de **Gilberto de Abreu Sodré Carvalho**, reflete sobre a atuação do advogado no desenvolvimento de projetos de novos produtos. Este artigo, dentro da temática ‘Direito & Gestão’, visa oferecer uma possível metodologia para projetos de novos produtos na qual o advogado tenha um papel protagonista. Nessa metodologia, o termo proposto (‘Pré-Produto’) comporta a idéia de um objeto sendo modelado de acordo com sua adaptação a sistemas ambientais sob estruturantes jurídicas até que se torne produto a ser lançado.

“Setenta anos depois: direitos autorais em Noel Rosa”, de **Daniel do Amaral Arbix**, procura aferir a funcionalidade

desses direitos no que diz respeito a composições musicais, de sorte a avaliar, nesse campo específico, a maleabilidade da proteção aos direitos autorais e sua adequação à criação de novas obras. Para tanto, remete-se à experiência criativa de e sobre Noel Rosa, expoente do samba brasileiro.

A Revista DIREITO GV agradece aos autores e aos detentores dos direitos sobre os textos traduzidos, além dos tradutores e revisores: os professores Viviane Muller Prado, Marta Rodrigues Assis Machado, Flávia Portella Püschel, José Rodrigo Rodriguez e Bruno M. Salama, além das pesquisadoras Maria Carolina Foss e Vivian Cristina Schroscher.

\* \* \*

Espero que os leitores apreciem este número da Revista DIREITO GV e continuem a prestigiar nosso trabalho.

Boa leitura!

**O Editor**

#### EDITOR'S LETTER

*The activities of corporations interest many regulatory fields such as Corporate Law, Consumer Law, Criminal Law, Tax Law, Labor Law, Environmental Law etc. This is a varied complex area that deals with the interests of tax payers, stockholders, stakeholders, workers, executives, governments, international organizations, consumers etc. Regulating corporations is not a strictly business issue, but a social issue that can be studied from different perspectives.*

Revista DIREITO GV n. 7 is mainly dedicated to corporations. One of its highlights is the article by Pr. **Klaus J. Hopt** from the Max Plank Institute-Hamburg that compares the EU and the USA corporate regulation. This issue

*also includes two important translations on other themes and four articles on contracts, copyright, tax law and on the role of lawyers. Let me start by presenting the two translations.*

*The first translation is a classical article by **Eric A. Posner** on social norms that applies Law & Economics postulates to the study of symbolic interactions between human beings in general. Posner is one of the leading scholars of the Law & Economics movement. This translation includes notes elaborated by José Rodrigo Rodriguez, Bruno M. Salama and Maria Carolina Foss to facilitate the comprehension of economic terminology.*

*The second one is the research agenda of the Max Plank Institute for Foreign and International Criminal Law written by its Director, Prof. **Ulrich Sieber**. The text makes an impressive analysis of the main problems faced by contemporary Criminal Law in the context of a risk society preoccupied with security issues. It gives close attention to terrorism, international organized crime and internet crimes.*

*The first five articles are on corporation or on corporations-related issues like arbitration, the protection of investors, corporate regulation and antitrust law.*

*The first article, "The economics of arbitration: rational choice and value creation" by **Celso Fonseca Pugliese** and **Bruno Meyerhof Salama** examines the institute of arbitration and its relationship with court activities from the perspective of transactions costs. It shows how arbitration can reduce the transactions costs in a certain normative environment and contribute to institutional improvement. The competition between arbitration and jurisdiction both stimulate the creation of fast procedures to solve conflicts and tend to increase the performance of contracts.*

*"The Protection Of Investors In The German Corporate Governance Code" by **Roberto de Araújo Chacon de Albuquerque** analyzes the German Corporate Governance Code as a*